

A crise política e os conflitos de classe não importam na análise das eleições de 2018?: um comentário crítico à obra “O Brasil dobrou à direita” de Jairo Nicolau

Danilo Enrico Martuscelli^{1*}

Resumo: O objetivo deste trabalho é realizar uma síntese das principais teses e ideias apresentadas por Jairo Nicolau na obra “O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro de 2018” e apresentar um comentário crítico indicando seus limites e lacunas. Entendemos que, a despeito de fazer uma importante reconstrução de dados quantitativos relacionados às eleições de 2018, a análise de Nicolau resultou numa compreensão formalista do processo eleitoral por secundarizar ou subestimar aspectos fundamentais da conjuntura política em questão, tais como a crise política, os conflitos de classe e a nova ofensiva neoliberal.

Palavras-chave: Eleições de 2018. Jair Bolsonaro. Política brasileira.

Aren't political crisis and class conflict important in the analysis of the 2018 elections?: a critical commentary on Jairo Nicolau's work “O Brasil dobrou à direita”

Abstract: The objective of this work is to summarize a synthesis of the main theses and ideas presented by Jairo Nicolau in the work “O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro de 2018” and to present a critical comment indicating its limits and gaps.

¹ Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).
Correio eletrônico: daniloenrico@gmail.com

We understand that, despite making an important reconstruction of quantitative data related to the 2018 elections, Nicolau's analysis resulted in a formalist understanding of the electoral process by secondary or underestimating fundamental aspects of the political situation in question, such as the political crisis, conflicts of class and the new neoliberal offensive.

Keywords: 2018 elections. Jair Bolsonaro. Brazilian politics.

Recentemente, o cientista político Jairo Nicolau publicou o livro "O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro de 2018", obra na qual realiza uma reflexão orientada pela problemática teórica institucionalista e pautada em minuciosa análise de dados quantitativos sobre o comportamento dos eleitores nos três últimos pleitos presidenciais no Brasil. Nesse livro, são enfatizadas as seguintes variáveis: escolaridade, gênero, idade, religião, local de moradia (região, estado e município) e densidade populacional, atitude em relação ao PT e acesso às redes sociais (Facebook, Twitter e Whatsapp). Ficaram de fora da análise as variáveis renda e cor/raça, pois, como alega o autor, um grande número de entrevistados deixou de informar a renda nas pesquisas de opinião utilizadas e, além disso, não foi possível identificar um único critério de classificação de cor/raça, pois, ora o entrevistado se autoclassificava, ora tal definição era feita pelo entrevistador.

O livro é composto de uma introdução, nove capítulos e uma conclusão, estrutura que permite ao autor destrinchar os dados quantitativos, empreendendo um trabalho de decomposição e agregação das variáveis supracitadas, e valer-se de uma linguagem acessível ao grande público, como ele mesmo ressalta no início da obra. Em termos gerais, é possível dizer que estamos diante de um estudo detalhado do perfil dos eleitores das três últimas eleições presidenciais (2010, 2014 e 2018); das tendências das votações nas candidaturas do PT e de seus principais oponentes nesses pleitos (PSDB: 2010 e 2014; PSL: 2018) e do perfil dos eleitores dos principais candidatos presidenciais, Bolsonaro e Haddad, nas eleições de 2018.

Para concretizar tal análise, o autor levou em consideração o impacto das novas regras eleitorais estabelecidas a partir das seguintes normas: da Lei 13.165/2015, que diminuiu o prazo de filiação dos candidatos a um partido (de um ano para seis meses), reduziu os períodos destinados à campanha eleitoral (de 90 para 45 dias) e ao horário eleitoral gratuito (de 50 para 25 minutos diários) e pôs fim ao financiamento empresarial de campanha; e da Lei 13.488/2017, que estabeleceu a criação de um fundo público exclusivo para o financiamento de campanha, que pode ser complementado com recursos de pessoas físicas, e determinou teto de gastos para todos os cargos (no caso da candidatura presidencial, os limites passaram a ser os seguintes: R\$ 75 milhões no primeiro turno e R\$ 35 milhões no segundo turno). Ademais, o estudo baseou-se fundamentalmente em dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e por pesquisas de opinião realizadas ou agrupadas pelas seguintes instituições: Ibope, DataFolha, Base de Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB/Cesop/Unicamp), Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2018 (IBGE). Trata-se, assim, de uma obra de grande importância para aqueles/as que desejam desvendar a esfinge da base eleitoral do bolsonarismo em 2018.

No plano mais geral, a que conclusões Jairo Nicolau chegou sobre o perfil da base eleitoral das duas principais candidaturas presidenciais adversárias nos pleitos presidenciais de 2010, 2014 e 2018? E no plano mais restrito, o que diferencia o eleitorado de Bolsonaro e Haddad? As respostas para tais questões podem ser resumidas nos seguintes pontos:

A- A eleição de 2018 rompe com o padrão requisitado para as candidaturas vencedoras nos pleitos presidenciais. No capítulo 1, Nicolau menciona três requisitos básicos que devem ser preenchidos para uma candidatura presidencial ser vitoriosa: 1) receber vultuosos recursos financeiros de campanha; 2) dispor de “tempo razoável” no horário eleitoral gratuito; e 3) formar rede de apoio consistente nos estados. Para o autor, Bolsonaro não cumpriu nenhum desses

requisitos, visto que contou com escassos recursos financeiros declarados à Justiça Eleitoral, algo próximo a uma candidatura de deputado federal: um total de 0,7% do que foi recebido pelo total das candidaturas, no primeiro turno (R\$1.238.000,00); só conseguiu ter acesso à propaganda eleitoral gratuita no segundo turno, tendo alcançado, no primeiro turno, apenas 1,1% ou 9 minutos e 30 segundos do tempo oficial disponibilizado a todas as candidaturas; e não logrou construir uma base de apoio com parte dos partidos que possuíam maior capilaridade nacional, muitos dos quais (DEM, PP, PR, PRB e Solidariedade) declararam apoio a Alckmin no primeiro turno.

B- Bolsonaro venceu nos três níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior). Em relação ao principal rival PT nas eleições de 2018, Bolsonaro logrou superar a preferência histórica que este partido vinha obtendo em segmentos de baixa e média escolaridade (nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014) e manter a preferência eleitores de ensino superior, tal como já havia se evidenciado em prol da candidatura de Aécio Neves, em 2014. Nesse tópico, o autor cruza os dados referentes à escolaridade dos eleitores com aquilo que é apontado como principal problema do Brasil, chegando aos seguintes resultados: o tema da segurança possui uma frequência igual nas três faixas de escolaridade; o tema do desemprego tende a ser mais indicado pelos eleitores de ensino fundamental e médio; o tema da saúde tem maior repercussão nos eleitores de ensino fundamental; já o tema da corrupção aparece como principal problema para os eleitores de ensino superior. Num segundo cruzamento de dados, Nicolau observa que, em todos os níveis de escolaridade, os eleitores que consideraram a corrupção como o problema principal, “votaram expressivamente em Bolsonaro”; já a questão da segurança dividiu os eleitores, em particular, os de média escolaridade. No que se refere ao tema do desemprego, Bolsonaro obteve nítida preferência dos eleitores de baixa e média escolaridade. Sobre os realinhamentos do voto, o autor aponta que Bolsonaro ganhou terreno em redutos petistas de eleitores de ensino fundamental que indicaram a corrupção e o desemprego como principais problemas do

Brasil, e dos eleitores de ensino médio, não importando o problema indicado.

C- Com exceção da região Nordeste, Bolsonaro foi o preferido entre os eleitores de baixa e média escolaridade em todas as demais regiões. No cotejamento escolaridade e regiões do país, Bolsonaro levou vantagem expressiva entre os eleitores de baixa e média escolaridade nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Apenas no Nordeste Haddad manteve uma ampla preferência entre os eleitores de baixa escolaridade, obtendo, no entanto, uma porcentagem de apoio similar à de Bolsonaro na faixa de escolaridade média nessa região, se considerarmos a margem de erro.

D- Uma das singularidades das eleições de 2018 foi a assimetria nos votos de homens e mulheres para a candidatura vencedora com flagrante predomínio do voto masculino. Diferentemente das eleições de 2010 e 2014, nas quais o PT havia conquistado uma maioria equilibrada nos dois segmentos, as eleições de 2018 foram marcadas também pela preferência de Bolsonaro entre homens e mulheres, mas com nítido predomínio do voto masculino: no segundo turno, em termos de votos válidos, Bolsonaro obteve 53% dos votos das mulheres e 64% dos votos dos homens, enquanto Haddad inverteu o quadro, conquistando proporcionalmente mais votos femininos (47%) do que masculinos (36%). O autor indica como hipótese que a forte predominância do voto masculino para Bolsonaro pode ter tido relação com as mensagens difundidas por ele, tendo em vista que, além de sustentar posições machistas e misóginas em várias ocasiões:

foi (...) um representante dos interesses dos militares, corporação predominantemente masculina; e seus temas favoritos (flexibilização dos critérios para a posse de armas, uso de políticas duras no combate ao crime organizado e crítica à política de direitos humanos) têm maior acolhida pelo público masculino (NICOLAU, 2020, p. 54).

Neste ponto, Nicolau considera que não há dados sólidos para defender a hipótese de que o movimento “Ele não!” contribuiu para o crescimento da candidatura de Bolsonaro, tendo servido antes para reforço das preferências eleitorais já feitas pelos eleitores mais ativos politicamente. Quando cotejados os dados sobre gênero e sexualidade, o autor demonstra que Bolsonaro obteve maior apoio de homens, em particular, de escolaridade média e superior; já, entre as mulheres, embora a diferença fosse mais reduzida em relação a Haddad, seu apoio mais expressivo adveio das mulheres de ensino médio.

E- Entre os homens, Bolsonaro venceu em todas as faixas etárias, já, entre as mulheres, obteve clara preferência das eleitoras com mais de 45 anos. Nicolau sustenta que a variável idade não produziu um impacto diferencial nas eleições de 2018, mantendo o padrão das eleições passadas, ou seja, o candidato eleito vence em todas as faixas etárias. No entanto, observa que, se Bolsonaro mantém ampla preferência entre os homens em todas as faixas etárias, perde para Haddad entre as mulheres mais jovens (16 a 29 anos), empata na faixa de 30 a 44 anos e alcança ampla maioria na faixa superior a 45 anos.

F- Bolsonaro recebeu apoio majoritário de votos de católicos e evangélicos, mas a singularidade do processo está no voto dos evangélicos, concedendo-lhe 70% de apoio. Nicolau aponta que, nas eleições de 2010, o PT conquistou a preferência de católicos, evangélicos e de adeptos de outras religiões. Em 2014, o PT garantiu maioria apenas entre os católicos. Nas eleições de 2018, Bolsonaro ocupa, ainda que com pequena vantagem, o lugar do PT entre os católicos e outras religiões, e vence com expressivo apoio dos evangélicos. No cruzamento de dados sobre religião e região de moradia, o autor entrevê que Haddad só obteve ampla maioria entre os católicos da região Nordeste. Nesta região, a diferença para com Bolsonaro foi menor que a atestada em outras regiões no tocante ao voto dos evangélicos, em que Bolsonaro garantiu apoio significativo. Neste tópico, Nicolau procura salientar que, se entre 1990 e 2010, Bolsonaro deu ênfase à questão dos interesses corporativos dos militares, a partir de 2011, passou a

diversificar seus temas e abranger mais claramente questões ligadas ao “conservadorismo comportamental”, o que lhe permitiu garantir expressiva quantidade de votos dos evangélicos. Acresce-se a isso o apoio de líderes e cúpulas de diversas entidades religiosas.

G- O antipetismo traduziu-se politicamente como apoio ao bolsonarismo. Aqui, Nicolau chama a atenção para a correlação entre preferência/rejeição ao PT e voto nos candidatos. Indica, assim, que quem prefere o PT, votou massivamente no Haddad; já, entre os que manifestam rejeição ao PT, o voto foi dirigido na quase totalidade a Bolsonaro. Se até 2014, o antipetismo estava associado a temas como corrupção e “conservadorismo comportamental”, em 2018, passou a ganhar novos conteúdos: o debate das conquistas sociais dos governos petistas foi anulado por Bolsonaro, e os seguintes temas ficaram em evidência: “a corrupção, os vínculos do petismo com os governos de Chávez/Maduro e a política do governo petista de combate à homofobia nas escolas, pejorativamente chamada de ‘kit gay’” (NICOLAU, 2020, p. 82). Embora não conte com dados para comparar os percentuais de antipetistas nas eleições de 2010 e 2014, o autor indica que cerca de 30% do total manifestaram adesão a tal posicionamento, sendo o antipetismo mais forte entre os eleitores com maior escolaridade.

H- A projeção das redes sociais (Facebook, Twitter e Whatsapp) sobre a televisão e a maior probabilidade dos usuários dessas redes de votar em Bolsonaro. O autor discute o impacto decisivo das redes sociais sobre os resultados eleitorais, sobrepondo-se ao domínio da televisão como principal veículo de comunicação. Na correlação entre usuários das redes e escolaridade, ele demonstra que os eleitores com maior grau de escolarização tendem a acessar mais as redes sociais. Na comparação entre usuários das redes e candidatos à presidência, indica que os eleitores usuários de redes, em especial de Whatsapp, tenderam a apoiar majoritariamente Bolsonaro. Já os não usuários inclinaram-se a votar em Haddad. Além disso, Nicolau refere-se à difusão de notícias falsas em ampla escala nas eleições de 2018, apontando, com base em alguns levantamentos, que tais notícias tenderam a favorecer a candidatura do Bolsonaro e detratar seus adversários.

I- Bolsonaro compensou a derrota nas urnas no Nordeste com expressiva votação no Sudeste (maior colégio eleitoral). Ao traçar um quadro comparativo das votações de 2010, 2014 e 2018, o autor indica que, desde 2014, o PT já havia perdido a liderança para o principal opositor nas eleições na região Sudeste. No caso da região Centro-Oeste, havia sido derrotado pelo PSDB por uma pequena diferença, em 2010, a qual se ampliou favoravelmente ao PSDB na eleição de 2014 e ao PSL em 2018. No caso do Sul, o PT jamais predominou no período considerado e foi perdendo cada vez mais terreno de uma eleição para outra. No Norte, o PT cedeu espaço ao adversário apenas em 2018. O Nordeste foi a única região em que o PT manteve a hegemonia com ampla diferença de votos em relação ao principal opositor eleitoral. Como Nicolau (2020, p. 104) salienta:

Grosso modo podemos dizer que em 2014 a vitória do PT aconteceu porque o volume de votos no Nordeste compensou a derrota que o partido sofreu nas regiões Sul e Sudeste. Em 2018, a margem de vitória de Haddad no Nordeste se manteve no mesmo nível, mas, em contraste, Bolsonaro aumentou expressivamente a votação em todas as demais regiões, particularmente, no Sudeste e no Sul.

J- Bolsonaro obteve amplíssima votação nos três maiores estados do país (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Além de vencer nesses estados, Bolsonaro superou em nove dos dez maiores estados a votação obtida por Aécio em 2014. Dos 27 estados da federação, Bolsonaro alcançou a maioria dos votos em 14, perdendo por uma pequena diferença em outros três. Haddad só logrou obter maioria expressiva nos estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), tendo vencido também por uma diferença menor no Pará.

K- “O bolsonarismo é, sobretudo, um fenômeno urbano” (p. 125). De acordo com Nicolau, o bolsonarismo projetou-se politicamente nos grandes centros urbanos, onde se concentra: a maior parte da população, ou seja, nas cidades com 50 mil habitantes ou mais, e onde habitam pessoas com níveis de escolaridade maior. Já Haddad tendeu a ascender nas cidades pequenas, com até 50 mil habitantes, e mais pobres, e onde vivem pessoas com nível de escolaridade menor. Além disso, constata que dos 38 municípios que possuem acima de 500 mil habitantes, Bolsonaro venceu Haddad em 30, entre os quais se destacam Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Quando utiliza como parâmetro os votos por tamanho da cidade em cada região do país, é possível observar que Haddad saiu-se vitorioso em todas as escalas populacionais no Nordeste (até 20 mil, de 20 a 50 mil, de 50 a 150 mil, de 150 a 500 mil e acima de 500 mil habitantes), tendo significativa vitória nas duas primeiras escalas. Na região Norte, Haddad foi vitorioso por uma pequena margem de votos em todas as escalas com até 150 mil habitantes. Nas demais regiões e escalas populacionais, Bolsonaro venceu em todas com destaque para o Sul e o Sudeste. A partir desses resultados, o autor salienta que: “A magnitude da vitória de Bolsonaro nas grandes cidades brasileiras é um feito histórico, nunca alcançado por outros candidatos de direita antes dele” (NICOLAU, 2020, p. 120).

Diante do exposto, é preciso reconhecer o mérito e a importância da pesquisa empreendida por Nicolau com vistas a demonstrar, a partir de dados quantitativos, o perfil do eleitor do Bolsonaro, tal como resumimos acima. O problema de fundo de sua análise é de outra natureza e recai sobre o formalismo que permeia todo o livro e deriva principalmente da adesão do autor à problemática teórica institucionalista.

Grosso modo o institucionalismo tende a tratar a política e a economia como dimensões da vida social separadas – não apenas metodologicamente –, mas organicamente, na realidade. Nesse sentido, o institucionalismo nega o condicionamento recíproco entre ambas

as dimensões na explicação dos fenômenos sociais. Além disso, tal problemática teórica insiste em desconectar a dimensão institucional do processo político dos conflitos distributivos de classe, pensados aqui como condicionados por fatores econômicos, políticos e ideológicos. No plano da análise dos processos políticos, o resultado desses dois procedimentos teórico-metodológicos fundamentais é o formalismo. Tratemos de observar como se expressa esse formalismo nesta obra de Jairo Nicolau, para submetê-lo à crítica

A começar pelo título do livro, podemos observar que ao fazer referência ao foco de sua análise, isto é, às eleições de 2018, Nicolau procura significar tal processo com a seguinte ideia: “O Brasil dobrou à direita”. O que esse título sugere ao leitor? O título pode sugerir a ideia de que, antes das eleições de 2018, o Brasil era governado por forças de esquerda ou de centro-esquerda. Soa estranha tal construção, especialmente:

1) quando consideramos o que vinha acontecendo desde a segunda fase das manifestações de junho de 2013, momento em que a direita procurou ressignificar – e foi bem-sucedida neste intento – as pautas iniciais que visavam enfatizar a questão do transporte público e da mobilidade urbana. É exatamente a partir desta conjuntura que começam a se constituir e/ou ganhar projeção política, local e nacional, movimentos sociais de natureza conservadora como: o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e o Revoltados Online, que desempenharão dois anos depois papel decisivo nas mobilizações massivas de rua em defesa do impeachment de Dilma Rousseff (CAVALCANTE e ARIAS, 2019; TATAGIBA e GALVÃO, 2019; SILVA, 2020);

2) quando podemos observar toda a agitação social de forças conservadoras que, em nome da luta contra a corrupção, empenharam-se em emplacar um golpe de Estado para poder radicalizar um amplo programa de contrarreformas neoliberais (veja-se, por exemplo, o conteúdo da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos e da Reforma Trabalhista, e as alterações feitas na política de conteúdo

local da Petrobras e de financiamento do BNDES, medidas aprovadas durante o governo Temer). Em outras palavras, não se pode dissociar as lutas contra a corrupção dos conflitos de classe, uma vez que tais lutas não estavam separadas da defesa do programa neoliberal pelas forças que ocuparam as ruas contra o governo Dilma. Não é casual, portanto, que estivessem ausentes nas manifestações massivas de rua propostas que priorizassem a defesa da ampliação de direitos sociais e trabalhistas. Muito pelo contrário, o que se pode identificar nessas manifestações é um forte descontentamento com as políticas sociais e com a finalidade dos gastos estatais realizados pelos governos petistas (MARTUSCELLI, 2016).

Se é mais adequado caracterizar os governos petistas como governos de centro-esquerda por não terem aplicado aquilo que Singer (2012) chamou de “reformismo forte” ou que Boito Jr. (2018) qualificou de “neodesenvolvimentismo nos limites do modelo neoliberal” ou que preferimos caracterizar como governos social-liberais (MARTUSCELLI, 2015; 2018), como caracterizar o conteúdo da política econômica, social e externa implementada pelo governo Temer entre maio de 2016 a dezembro 2018? Certamente, tudo o que havia de reformismo fraco, de neodesenvolvimentismo ou de social-liberalismo foi substituído pela aplicação de um programa neoliberal extremado, arquitetado e concretizado por meio de um conjunto de reformas constitucionais, o que permitiu reforçar a hegemonia do grande capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada no bloco no poder, já que eram essas frações as maiores interessadas na aplicação integral do programa máximo neoliberal (BOITO JR., 2018; MARTUSCELLI, 2018; 2020).

No âmbito institucional, vimos a atuação política (ou extrajudicial) promovida pelo Judiciário para destituir o PT do governo, a aplicação casuística da lei do impeachment, a proliferação de ações judiciais contra debates e cursos realizados nas universidades que debatiam o impeachment ou o golpe de Estado, entre outros fatos. Desse modo, não faz sentido associar as eleições de 2018 à ideia de

“dobrar à direita”, pois tal processo já estava em curso e a pleno vapor desde, ao menos, a destituição de Dilma Rousseff. Como o livro não esclarece ou não explica detalhadamente em que momento ocorre efetivamente esse ponto de inflexão, preferindo sugerir que a vitória de Bolsonaro em 2018 foi “o evento mais surpreendente” (p. 9) desde 2014 ou o “feito mais impressionante da história das eleições brasileiras” (p. 11), faz todo sentido indicar essa limitação ou ambiguidade do título acerca do momento preciso em que o “Brasil dobrou à direita”.

No entanto, mesmo que aplicada apenas à candidatura vitoriosa nas urnas em 2018 e, portanto, mesmo que se desse ênfase ao processo eleitoral e se secundarizasse ou se subestimasse tudo o que veio antes – como, por exemplo, a segunda fase das manifestações de junho de 2013, a vitória apertada de Dilma sobre Aécio nas eleições de 2014, a política de ajuste fiscal adotada por Dilma/Levy em 2015, as manifestações massivas organizadas pela oposição de direita contra o governo Dilma (2015-2016), a derrota acachapante do PT nas eleições municipais de 2016 e o governo Temer – a ideia de “dobrou à direita” não estaria em correspondência com os próprios argumentos desenvolvidos pelo autor. Isto, porque, no desenvolvimento do livro, Nicolau procura caracterizar o perfil do candidato Bolsonaro como político de “ultradireita” ou “extrema-direita” – não como candidato de direita –, definindo-o como tal não só pela ênfase que Bolsonaro deu ao “conservadorismo nos costumes” e à “política dura de combate à criminalidade”, como fazem outras forças conservadoras, mas pelo aspecto que o diferencia dos demais candidatos: a defesa aberta da ditadura militar, ainda que não tratasse o regime militar como uma ditadura. Diante do exposto, talvez fosse mais adequado à análise de Nicolau tratar as eleições de 2018 como o momento em que o “Brasil dobrou à extrema-direita”. Sem tal precisão, prevalecem as ambiguidades e a relação de não correspondência entre o título e o conteúdo do livro.

O que parece ser uma mera implicância lexical, tem, na verdade, raízes mais profundas, uma vez que Nicolau procura secundarizar

ou subestimar o processo político que levou à deposição de Dilma e o conteúdo da política de governo executada por Temer, ainda que de maneira pontual e breve se refira ao impeachment (p. 8), à instabilidade política (p. 19) e à crise política (p. 21). Como, então, realizar uma pretendida radiografia das eleições de 2018 sem detalhar minimamente os conflitos políticos que antecederam e permearam este processo eleitoral?

Chama-nos a atenção que duas expressões não figurem em nenhum momento no corpo do texto, nem para serem questionadas como inadequadas para uma análise científica pautada em “evidências empíricas”: as expressões “golpe de Estado” e “neoliberalismo”. Isso sem mencionar outras expressões ou referências que também não são sequer indicadas no texto, como, por exemplo: os conflitos distributivos de classe presentes na sociedade brasileira; a reação contrária de frações da burguesia ao governo Dilma, simbolizadas pelo “pato da Fiesp”; as iniciativas tomadas por setores da alta classe média situados no aparelho judiciário para criminalizar o PT e as forças políticas que davam respaldo aos seus governos (papel da Lava Jato); a “guerra cultural” promovida por sites conservadores e reacionários nas redes sociais contra as forças de esquerda e de centro-esquerda, tendo como uma de suas principais expressões o youtuber Olavo de Carvalho; a ação orquestrada por setores da alta cúpula militar para garantir a prisão de Lula e impedir a sua candidatura (vide os tuítes do General Villas Bôas), etc. Tais expressões ou referências são indicadores fundamentais para compreender os meios empregados pelas forças em luta e a dinâmica do processo que levou o Brasil a começar a dobrar à direita em 2013 e depois virar à extrema-direita em 2018.

Às vezes se tem a impressão de que o autor captura os dados quantitativos e se fecha numa espécie de torre de marfim para analisá-los, separando os resultados eleitorais e das pesquisas de opinião dos conflitos distributivos de classes e de seu impacto sobre as próprias instituições. Levados às últimas consequências esses procedimentos, seríamos conduzidos a pensar que as instituições vinham funcionando

normalmente, mantra advogado por muitos que contribuíram para mutilar a já frágil democracia liberal existente no país.

É preciso insistir ainda na discussão acerca da correspondência entre a ideia aludida no título de “uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018” e o conteúdo do livro. O que caracteriza uma radiografia como tal? Como indicam os mais diferentes dicionários, em seu sentido figurado, a palavra radiografia remete à ideia de “análise profunda” ou “estrutural” sobre um determinado assunto. Se nos propomos a discutir o conteúdo que Nicolau oferece à ideia de radiografia em seu texto, isso não ocorre por mera implicância lexical, mas porque consideramos que o emprego deste termo tem consequências para o entendimento do processo em tela: as eleições de 2018.

Na verdade, é possível observar certa desconexão entre a pretendida “radiografia” e o que foi efetivamente realizado pela análise do autor. Ao ter dado preferência à análise das novas regras eleitorais e ao deixar de fazer uma análise da conjuntura que precedeu as eleições de 2018 – o que implicaria examinar os conflitos distributivos de classe e a crise política que deles resultam –, o autor manifesta seu apego pelos aspectos meramente formais do processo. Não queremos dizer, com isso, que o debate sobre as mudanças nas regras eleitorais não seja importante, mas é preciso situá-las na conjuntura e nas contradições que se processam nesse período histórico, caso contrário, corre-se o risco de superestimar o papel de tais regras sobre os processos eleitorais e de negar ou secundarizar a relação existente entre instituições políticas e conflitos distributivos de classe. Afinal, o que teria determinado a emergência do fenômeno do bolsonarismo: a crise política e o acúmulo de contradições a ela vinculado ou as mudanças nas regras eleitorais? Ao iniciar o primeiro capítulo com o debate sobre as regras eleitorais e ignorar por completo os conflitos de classe em sua análise, Nicolau passa a impressão de que as mudanças nas regras eleitorais são os principais condicionantes do processo eleitoral.

O apego ao formalismo salta aos olhos quando o autor passa a discutir as três condições necessárias para um candidato à presidência da República ser vitorioso, conforme aludidas acima no item A, e a conclusão a que ele chega de que Bolsonaro não teria cumprido nenhum dos pré-requisitos. Em que medida o desvio do padrão tem relação com a crise política instaurada no país? Nicolau nem sequer coloca isso em discussão e passa a fazer comparações com candidatos que, em outras eleições, não cumpriram parcial ou totalmente os pré-requisitos e, portanto, não venceram, tais como Ciro e Garotinho, em 2002, e Marina, em 2010 e 2014. Mas, a questão que fica é a seguinte: a crise política não importa para explicar o desvio do padrão? Faz sentido comparar as eleições de 2018, que foram marcadas por um processo de crise política, com outros processos eleitorais em que tal fenômeno não se fazia presente, especialmente a conjuntura das eleições de 2002 e 2010? O autor não oferece nenhuma resposta para tais questões, pois nem sequer as leva em consideração. Tudo se passa como se o processo eleitoral fosse determinado apenas pela lógica interna dos condicionantes institucionais, que são concebidos, por sua vez, como alheios à dinâmica da crise política e aos conflitos de classe.

Na discussão de um dos pré-requisitos para uma candidatura ser vitoriosa, ou seja, no debate acerca dos valores financeiros vultosos que um candidato deve recolher para se tornar competitivo e se eleger, Nicolau insiste na ideia de que Bolsonaro teria recebido valores “módicos” – chega até mesmo a falar em “falta de dinheiro” (p. 35) – ao compará-lo às outras candidaturas. Para chegar a tal “constatação” sustentada supostamente em sólidas bases quantitativas, o autor toma como referência os valores declarados pelo candidato à Justiça Eleitoral. Aqui, não está em questão ignorar as informações prestadas pela candidatura Bolsonaro à Justiça Eleitoral, mas indagar se metodologicamente é procedente dar demasiada atenção a tais valores para caracterizar a singularidade da candidatura de Bolsonaro e tomá-los como dados inquestionáveis e como fio condutor de análise. Nicolau parece sugerir que, de fato, Bolsonaro realizou um milagre

ao vencer as eleições com pouquíssimos recursos financeiros e ao dar centralidade ao uso das redes sociais, o que lhe teria permitido viabilizar uma estratégia eleitoral supostamente mais econômica e que, em certo sentido, explicaria os reduzidos gastos de campanha.

De maneira quase imperceptível aos olhos do/a leitor/a, o autor apresenta, apenas numa nota de rodapé, a informação acerca da existência de denúncias de que “empresários que apoiavam Bolsonaro teriam contratado empresas para promover disparos em massa de notícias via Whatsapp” (NICOLAU, 2020, p. 130). O que faz Nicolau diante dessa informação? Ele a menciona, mas não lhe dá nenhuma importância, mantendo, assim, a defesa da tese de que a campanha de Bolsonaro foi a mais barata da história das eleições presidenciais. Em suma, em vez de questionar os “módicos” valores destinados ao financiamento de campanha, Nicolau preferiu utilizá-los como referência fundamental para atestar um dos aspectos do que caracterizou como singularidade da candidatura de Bolsonaro.

No início do texto, seguindo a lógica de vender o próprio peixe para ratificar o acerto de sua análise, Nicolau (2020, pp. 13-14) sustenta que: “É mais simples escrever ensaios não baseados em estatística, ou usar dados e estatísticas na linguagem cifrada dos textos técnicos, que é a forma corrente de comunicação encontrada nos artigos acadêmicos”. No entanto, as perguntas que ficam são as seguintes: os dados quantitativos são suficientes para formular uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018? Ele mesmo acaba confessando que não, ao afirmar que a “eleição de Bolsonaro é composta pela combinação de tantos fatores – e eu sob o poste de luz das evidências quantitativas” (p. 121). Se, por um lado, o poste de luz dos dados quantitativos ilumina aspectos importantes do processo eleitoral, por outro lado, é preciso reconhecer que seu alcance é muito limitado, o que induz a análise deixar na sombra ou na escuridão uma série de informações empíricas relevante sobre a crise política e o comportamento das classes e frações de classe no processo político, bem com suas implicações sobre a configuração das preferências eleitorais e seus resultados imediatos.

Vale ainda questionar o seguinte: mesmo tomando como base esses dados quantitativos como ponto de partida, por que informações básicas sobre o número de deputados estaduais e federais, senadores e governadores eleitos e alinhados ao presidente Bolsonaro ficaram de fora? Isso não teria permitido analisar o fenômeno do bolsonarismo de maneira mais aprofundada? Ou ainda, por que os dados referentes à própria votação de Bolsonaro nas eleições para deputado federal em 2014 não foram incluídos na pesquisa, levando, inclusive, o autor a mencionar erroneamente que “Em 2010, no último pleito em que se apresentava, sobretudo, como um deputado de ultradireita e representante dos interesses dos militares na Câmara, ele recebeu 121 mil votos” (p. 75, *grifos nossos*)? Citamos essa passagem, pois nela o autor deixa de informar uma questão importantíssima: a votação de Bolsonaro nas eleições para deputado federal em 2014, momento em que ele obtém um crescimento eleitoral expressivo e figura como o primeiro deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro e o terceiro mais votado do país, ao atingir 464.572 mil votos.

Embora Bolsonaro tenha se centrado em eixos como “militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e ‘kit gay’”, em boa parte de seus mandatos como deputado federal (LACERDA, 2019, p. 187), o fato é que, a partir, de 2015, em decisões importantes para a política brasileira, ele inclinou-se a defender medidas ligadas à perspectiva neoliberal, ao votar a favor da mudança do regime de exploração do Pré-Sal, da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos e da Reforma Trabalhista (IBIDEM). Isso sem contar que foi o único parlamentar a votar contrário, nos dois turnos da Câmara Federal, à PEC das Domésticas, aprovada em 2013.

Em abril de 2018, Bolsonaro indicou Paulo Guedes como futuro Ministro da Economia de seu governo, economista reconhecido por suas vinculações com a doutrina e instituições neoliberais (tais como, o Instituto Millenium e a Escola de Chicago) e passou a pregar a defesa do Estado mínimo e a propagar a ideia de que, em seu governo, os trabalhadores terão que escolher entre direitos e empregos,

demonstrando claro apreço pelo desmonte dos direitos trabalhistas (LACERDA, 2019). Mesmo uma análise superficial do programa eleitoral de Bolsonaro poderia observar seus fortes vínculos com o programa neoliberal. No tópico intitulado “Liberalismo econômico”, tal vinculação se expressa claramente no seguinte trecho:

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo.

Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação ou recessão, desemprego e corrupção. (BOLSONARO, 2018, p. 13)

Contudo, tais evidências são ignoradas por Nicolau por razões que desconhecemos, preferindo o autor limitar-se a identificar Bolsonaro como candidato de ultradireita que faz elogio à ditadura, defende o “conservadorismo comportamental” e apoia iniciativas rígidas de combate à criminalidade. Ocorre que a conexão entre Bolsonaro e programa neoliberal é uma das marcas centrais do processo eleitoral de 2018, tendo em vista que os efeitos da crise econômica de 2015 e 2016 foram tratados como tendo sido criados pelo PT (vingou a máxima: a culpa é do PT!) – o que levou Bolsonaro a encarnar-se politicamente como solução, ou seja, algo bem distinto do programa neodesenvolvimentista ou social-liberal de Haddad. A saída para a economia do país estaria, assim, na adoção de um programa neoliberal extremado.

Concluimos afirmando que uma radiografia das eleições de 2018 precisa contar não apenas com dados estatísticos que, por sinal, foram muito bem trabalhados por Nicolau em seu livro. Tal radiografia para ser realizada com maior precisão, necessita englobar uma análise detida da conjuntura de crise política que transformou a correlação de forças políticas, criando condições para os seguintes fenômenos:

o reforço da hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia a ele associada; a ascensão de movimentos fascistas (BOITO JR., 2020), organizados, interessados na eliminação da esquerda partidária e sindical e de agrupamentos progressistas ligados às causas populares, feministas, LGBTs, antirracismos etc.; e a legitimação do programa neoliberal ortodoxo nas urnas depois de uma sequência de derrotas desse programa de 2002 a 2014. Sem levar esse conjunto de fatores em consideração, sem tratar minimamente das características da crise política e dos conflitos de classe presentes na conjuntura em questão, qualquer pretensão de traçar uma radiografia do processo eleitoral de 2018 não passa de uma análise significativamente parcial, talvez acometida ainda pelo sono de Rip Van Winkle, personagem da literatura referido pelo autor no começo e no fim do livro. Em suma, consideramos que o principal limite da análise de Nicolau foi o de ofuscar e subestimar a importância da crise e dos conflitos de classes na formulação do que ele veio a chamar de “radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018”, fazendo, com isso, sobressair seu apego ao formalismo na análise dos processos políticos.

Referências bibliográficas

BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Ed. da Unesp, 2018.

BOITO JR. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, 2020.

BOLSONARO, Jair. *Plano de governo de Jair Bolsonaro (2018)*. Disponível em: https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf

- CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. “A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016)”. In: GALVÃO, Andréia *et al.* (orgs.). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo: Alameda, 2019.
- LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2019.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Ed. CRV, 2015.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, vol. 6, n. 2, 2016.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma”. In: OUVIÑA, Hernán; REY, Mabel Cristina Thwaites (Org.). *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. 1ª ed. Buenos Aires: El Colectivo, 2018.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. *Revista de Pesquisa e Estudos sobre as Américas (REPAM/UnB)*, vol. 14, n. 2, 2020.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Ed. Zahar, 2020.
- SILVA, Kiane Follmann da. *MBL, crise política e conflitos de classe no Brasil*. Curitiba: CRV, 2020.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião pública*, vol. 25, n. 1, 2019.